



ACÓRDÃO Nº 905/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1470/2010.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB
- 4- **Exercício:** 2009
- 5- **Responsável:** Sidney Robertson Oliveira de Paula (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2066/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB.
Exercício de 2009.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Inscrição na
Dívida Ativa. Recomendação. Ciência.
Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Superintendência Estadual de Habitação, exercício 2009 do **Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula**, Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso II, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula** no valor de **R\$ 1.706,80**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, conforme art. 308, inciso VII da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM pela restrição 3.13 do Relatório Conclusivo n. 027/2010-Dicai;
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de



ACÓRDÃO Nº 905/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula** em caso de não recolhimento da multa no prazo estabelecido, ficando a DERED autorizada a dotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.4. Recomendar** à Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB que:
- 10.4.1.** Observe o correta e completa alimentação das informações nos sistemas deste Tribunal;
 - 10.4.2.** Sempre exija a apresentação das ARTs nas obras e serviços de engenharia;
 - 10.4.3.** Cumpra com o máximo zelo o que determina a Lei n. 4.320/64 principalmente no que tange ao suprimento de fundo;
 - 10.4.4.** Observe e cumpra as determinações contidas na Lei Federal nº 8.666/93, quando da formalização de Contratos e Licitações;
 - 10.4.5.** Obedeça com máximo rigor os princípios da boa administração pública;
- 10.5. Dar ciência** deste Acórdão ao **Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula**;
- 10.6. Arquivar** os presentes autos nos termos regimentais, após o registro e a adoção das medidas acima.

11- Ata: 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 10 de Setembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO

Procuradora-Geral, em substituição